

**A CIDADE CONTEMPORÂNEA: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS
PARA ANÁLISE DA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-
METROPOLITANO**

**THE CONTEMPORARY CITY: THEORETICAL-METHODOLOGICAL
FOUNDATIONS FOR THE ANALYSIS OF THE PRODUCTION AND
APPROPRIATION OF THE URBAN-METROPOLITAN SPACE**

Rafael Roxo¹

Resumo: A partir da retomada da categoria produção na sua unidade teórico-prática e nas relações com outras categoriais, conceitos e noções (cidade, indústria, construção, habitação e urbanização), buscamos problematizar a crise contemporânea, entendendo-a como fundamento da reestruturação do capitalismo e os seus desdobramentos socioespaciais. No interior desta perspectiva, temos como objetivo compreender como essas categorias e conceitos possibilitam (re)discutir e (re)elaborar os instrumentos teóricos e as perspectivas metodológicas para a análise da produção e apropriação do espaço urbano-metropolitano. A análise da produção e apropriação da cidade (e do espaço) é uma via estratégica que possibilita revelar e superar o campo cego, das alienações e do conhecimento (social) ainda em elaboração, bem como das práticas socioespaciais que movem tanto a conservação como a rupturas.

Palavras-chave: formas de produção; produção do espaço; apropriação do espaço; bens comuns urbanos.

Abstract: From the retaking of the production category in its theoretical-practical unit and in relations with other categories, concepts and notions (city, industry, construction, housing and urbanization), we seek to problematize the contemporary crisis, understanding it as the foundation of the restructuring of capitalism and their socio-spatial unfolding. Within this perspective, we aim to understand how these categories and concepts make it possible to re-discuss and re-elaborate the theoretical tools and the methodological perspectives for the analysis of the production and appropriation of the urban-metropolitan space. The analysis of the production and appropriation of the city (and of space) is a strategic way that reveals and surpasses the blind field, alienations and (social) knowledge still in development, as well as socio-spatial practices that move both conservation and ruptures.

Keywords: forms of production; production of space; appropriation of space; urban commons.

¹Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade do Estado de São Paulo - USP. E-mail: rafaelroxo@hotmail.com

Introdução

Em diferentes escalas e intensidades, as necessidades das elites capitalistas se expressam no avanço do processo de reestruturação da produção. Tal reestruturação, no período contemporâneo, se faz mediante uma apropriação ainda maior do conhecimento produzido socialmente (e uma necessária fragmentação/especialização do mesmo para a inovação capitalista). Esta mesma reestruturação move-se em meio a uma crise generalizada, que se transfere do capital para a sociedade, afetando tanto esta (que se reestrutura em novas elites rentista-financeira, por exemplo, e nos novos trabalhadores urbanos, e ainda na nova e velha pequena burguesia urbana – a chamada “classe média” etc.), como os Estados (nas suas novas interações com o capital produtivo e financeiro), refletindo, desse modo, na (in)capacidade de se interpretar a crise contemporânea.

Nesse sentido, vale questionar se a tríade indústria, urbano e habitar serve (ainda) como instrumental analítico para a caracterização da produção e apropriação do espaço contemporâneo ou se são categorias² de um momento de dissolução, de modo que a crítica das mesmas mostra a insuficiência delas em apreender a contemporaneidade? Dito de outra maneira, até que ponto a rearticulação das formas de produção do espaço configura uma nova totalidade (totalização) da (re)produção capitalista, aonde as crises, a reestruturação (produtiva, urbana etc.) e as disputas pelos usos e funções do espaço seriam a sua nova expressão?

A partir desses questionamentos, propomos neste artigo, a retomada e o esclarecimento das categorias produção e formas de produção, no interior da crise contemporânea e suas implicações teórico-práticas na produção e apropriação do espaço da cidade e sua metamorfose urbano-metropolitana. Trata-se de um debate que busca, a partir desta retomada, a exposição das relações entre as categorias de cidade e urbano e os conceitos de construção, indústria e habitação com o intuito de fornecer alguns instrumentos metodológicos para a caracterização e análise do processo de produção-apropriação do espaço urbano-metropolitano, sobretudo na América Latina.

Diferentemente da urbanização dos países centrais tivemos na América Latina a intensificação e a sobreposição de processos de exploração do trabalho e de espoliação urbana que caracterizam uma urbanização precária e dependente, que se processa combinada à intensa especulação imobiliária. A construção da habitação e da cidade faz-se a partir de

² Sobre uma análise das categorias e conceitos na Geografia ver artigo de Bernardes (2011).

diferentes formas de produção combinadas: a artesanal, resíduo do período agrário, e que hoje se combina às formas industriais (por encomenda e em larga escala), ora subsidiadas ou não pelo Estado. No entanto, as condições precárias dos trabalhadores urbanos (excluídos do acesso à terra e da propriedade imobiliária) e a ausência de condições urbanas pressiona os trabalhadores e moradores da cidade, de modo que frações destes obtenham as habitações de modo informal: as autoconstruções, bairros piratas, ocupações, cortiços etc., evidenciando as contradições urbanas e os conflitos derivados (JARAMILLO, 1982; OLIVEIRA, 1982; KOWARICK, 2000, PEREIRA, 1986 e 1988).

A retomada da categoria fundamental produção nas suas diferentes formas oferece uma possibilidade teórico-instrumental para a análise da produção e apropriação do espaço na sua unidade teórico-prática. Ou seja, a análise da produção e apropriação da produção propriamente dita e do espaço é uma via estratégica que possibilita revelar e superar o campo cego, das alienações e do conhecimento (social) ainda em elaboração, bem como das práticas socioespaciais que movem tanto a conservação como a rupturas (LEFEBVRE, [1970]1999; HARVEY, 2014; CASTRO-COMA, MARTI-COSTA, 2016; NEGRI, 2014).

Nosso texto está dividido em três partes: na primeira, retomamos a categoria produção, aonde analisam-se as implicações entre as classes dos proprietários de terra, a burguesia industrial e a classe trabalhadora, distanciando o indivíduo de sua condição humana, quer seja a separação do homem da terra, seguida da expropriação dos meios de produção e a negação da urbanidade pela segregação, imputando uma falsa autonomização da sociedade e do espaço. Na segunda parte, discute-se as formas de produção da cidade em meio ao processo combinado de urbanização-industrialização, as suas implicações na produção da habitação e os conflitos socioespaciais derivados. Na terceira parte, discute-se a configuração urbano-metropolitana contemporânea a fim de reconhecermos as formas de (re)apropriação do espaço urbano e as contradições urbanas ensejadas pela produção do espaço, condições que indicam tanto a conservação como a superação da estrutura socioespacial.

Da produção à produção do espaço

A palavra produção possui como sinônimos os termos “criação, elaboração, fabricação, fabrico, geração, obra, produto, realização”. É um substantivo feminino que indica uma ação - fazer algo, indicando um processo, com início, meio e fim, o “conjunto de todas as fases da realização de um produto ou serviço” -, ou ainda, algo acabado, um produto, o

“volume do que se produz”, um objeto, o “resultado do esforço de um escritor, artista ou artífice”, por fim, a obra concebida e realizada por um sujeito ou grupo (HOUAISS, 2009). Na perspectiva marxista, a categoria produção é compreendida no conjunto da formação econômico-social, nas relações do “movimento do conjunto”. Produção e valor são categorias fundamentais que perpassam quaisquer formações socioeconômicas. Marx retira a categoria produção da obra de Hegel e a categoria valor da economia política clássica, superando e ampliando seus significados. Essas categorias expressam a totalidade das relações sociais com a estrutura econômica aparentemente fragmentadas na esfera do imediato (no trabalho e no cotidiano).

A produção, com base em Lefebvre ([1963]1974), se refere ao processo social de criação e reprodução das condições de existência (objetos e meios de produção), inclusive das condições imateriais (códigos, leis, ideologias, e o “humano”). Nesse sentido, produz-se a um só tempo, coisas (valores), ideologias/utopias, a sociedade, os indivíduos, as classes sociais. Em outras palavras, as “relações de produção” expressam a unidade do conjunto do movimento da realidade, implicando as condições naturais, técnicas, a organização e a divisão do trabalho, condicionando, desse modo, o ser social, a cultura e a consciência (LEFEBVRE, [1963]1974). O trabalho media as relações homem-natureza imbricando-se com a categoria valor. Em essência é o trabalho que cria o valor dos artefatos criados. No capitalismo parte desse valor, a mais-valia social obtida na produção, é absorvida pelo capitalista e pelo rentista. É a divisão entre as classes dos proprietários fundiários (rurais e urbanos), capitalistas (proprietários dos meios de produção) e dos trabalhadores que possibilita a organização e a destinação da produção com a finalidade dos mercados. Nesse sentido, para Marx, retomada dos meios de produção pelos trabalhadores significaria a possibilidade de dirigir a produção e “resolver as contradições” da sociedade³.

Para Marx (1986a), as relações de produção, historicamente determinadas e constituídas entre os proprietários fundiários, empresários (capitalistas) e trabalhadores, possibilitam a exploração do trabalho e a apropriação desigual dos produtos da produção, movendo a acumulação. Na circulação de mercadorias o lucro obtido com as vendas e os

³ Sem a pretensão de definir em absoluto os termos, cabe a distinção entre trabalho e produção no capitalismo. A produção pode ser entendida como a unidade dos processos de trabalho e valorização com a finalidade da acumulação capitalista. O “processo de trabalho é aquele em que o trabalho é materializado ou objetificado em valores de uso. O trabalho é, nesse caso, uma interação de uma pessoa que trabalha com o mundo natural, de tal modo que os elementos deste último são conscientemente modificados e com um propósito [...] Mas, para ver como os diferentes participantes humanos se relacionam entre si no processo de trabalho, é necessário analisar as relações sociais dentro das quais esse processo ocorre” (BOTTOMORE, 2001, p. 299).

juros aparecem associados apenas ao capital, quando de fato é componente da relação trinitária. Lucros e juros, renda fundiária e salários são formas de valor em movimento com origem no trabalho subordinado à produção capitalista. O capitalista se apropria do lucro e do mais-produto — que contém o trabalho necessário, expresso pelo salário, e o excedente produtivo, o lucro e a mais-valia —, e de parte da mais-valia social. Os proprietários fundiários, se apropriam de outra parte da mais-valia, a partir da renda da terra. A ideologia dominante é sustentada pela aparente “autonomização recíproca das relações de produção”. Nesse sentido, na fórmula: capital (lucro/juros), terra (renda), trabalho (salário), tais categorias parecem autônomas, quando de fato trata-se de formas em relação. No processo produção-circulação se dá a “metamorfose das formas”, da mais-valia social em lucro apropriado pelo capitalista. A mais-valia social, por sua vez, é componente, junto com o lucro e o mais-produto, do que Marx define por mais-trabalho. O mais-trabalho é produto do capital na sua relação com as três classes sociais: rentistas, capitalistas e trabalhadores, cada qual com sua função, mas unidos no processo de produção.

Marx (1986a) explica ainda, o caráter contraditório entre rentistas fundiários e os capitalistas. A propriedade da terra limita o “lucro médio” do capital (os ganhos empresariais e os juros), mas simultaneamente serve como pressuposto e condição à acumulação capitalista. Os trabalhadores, produtores do valor, mas expropriados de seus meios de produção/sobrevivência, a terra principalmente, são obrigados à vender sua força de trabalho, ainda que sob a forma do contrato de trabalho. Desse modo, a subordinação do trabalho e da produção (social) ao capital é um requisito para a formação e o desenvolvimento do capitalismo.

Desde a fase da “acumulação primitiva” até os processos de concentração e centralização de capitais, a subordinação é decorrente de um processo histórico que moveu o condicionamento da produção agrícola e artesanal, num primeiro momento, a produção manufatureira e a produção da cidade, num segundo momento, fazendo disseminar os valores de troca sobre os usos e os valores de uso (os objetos). Nesse processo a “organização social anterior se desintegra e o modo de produção integra em si os resultados” (LEFEBVRE, [1974] 2013). É um processo que (re)organiza as formações econômico-sociais historicamente distintas, modificando as relações entre a base (organização do trabalho, técnicas de produção e divisão técnica do trabalho), a estrutura (relações de produção e divisão social do trabalho, expressa nas classes sociais) e a superestrutura (ideologia e instituições, relações de propriedade, mediadas pelo Estado).

A finalidade da produção capitalista é a acumulação e o meio para a sua realização é a mercadoria, dentre elas destacam-se a terra, o capital e o trabalho, que também são os principais meios de produção que possibilitam a criação das outras mercadorias, vale destacar. A acumulação se dá pela lei da concorrência intercapitalista que impede apenas a conservação do capital.

Nas etapas iniciais de desenvolvimento, a base da acumulação está na concentração do capital. Em etapas posteriores, a centralização é o método predominante, pelo qual é organizado o uso de quantidades cada vez maiores de capital. Isso pressupõe um avançado sistema de crédito. Enquanto o objetivo da acumulação é o aumento da produtividade, o mecanismo para a sua realização opera por meio do acesso ao crédito. Em consequência disso, cria-se uma divergência entre a acumulação do capital na produção e a acumulação do capital no sistema financeiro. É essa a base do capital fictício e pode levar à intensificação das crises econômicas quando a acumulação deixa de superar os obstáculos à continuidade da expansão da produção de mais-valia. Além disso, a centralização do capital e o ritmo desigual da própria acumulação associam-se ao desenvolvimento desigual das economias e das sociedades. Assim sendo, o processo de acumulação não é nunca apenas um processo econômico, mas compreende também o desenvolvimento geral das relações sociais, o que inclui, por exemplo o colonialismo, o imperialismo e as diversas e sempre transformadas funções do Estado[...] Para Marx, o processo de acumulação não seria nunca uma expansão contínua, harmoniosa ou simples. Eventualmente será interrompido por crises e recessões. (BOTTMORE, 2001, p.1).

A acumulação em suas fases é um processo crítico: produção e consumo, circulação, valorização-desvalorização-revalorização etc., movendo as dinâmicas socioespaciais. Nesse sentido, o processo de produção e acumulação capitalista possui correspondências espaciais de maneira que o processo de industrialização fez extrapolar a urbanização das sociedades reorganizando tanto o espaço das cidades como o campo. Como bem analisa Lefebvre ([1974], 2013), historicamente, a expansão territorial das atividades capitalistas voltou-se à construção da cidade em um processo que tornou-se parte significativa da acumulação capitalista. O aprofundamento da categoria produção oferecida por Lefebvre, retoma a idéia de que o espaço é resultado da interação entre a estrutura, forças produtivas e das relações de propriedade. O espaço interfere tanto na produção como na sociedade, de modo que a industrialização mudou as relações de produção e os espaços pré-existentes ao ponto da cidade, tomada pela industrialização e pela urbanização, tornar-se irreconhecível.

O modo de produção organiza, *produz* - ao mesmo tempo que certas relações sociais - o seu espaço (e o seu tempo). É assim que ele se realiza. [...] O

modo de produção projeta *in loco* essas relações, o que reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, garantida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaçotemporais). Houve, primeiramente, a utilização do espaço existente, por exemplo, das vias hídricas (canais, rios, mares); depois, das estradas; em seguida, a construção das ferrovias, para continuar pelas autoestradas e aeródromos. Nenhum meio de transporte no espaço desapareceu inteiramente, nem a caminhada a pé, nem o cavalo, nem a bicicleta etc. No entanto, é um espaço novo que foi constituído no século XX, em escala mundial; a sua produção, inacabada, continua. [...]A organização do espaço centralizado e concentrado serve simultaneamente ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. As classes sociais ali investem e ali se travestem, na hierarquia dos espaços ocupados. (LEFEBVRE, [1974] 2013, s.p, grifos no original).

Além disso, a produção do espaço tem correspondência com o trabalho na produção capitalista, do mesmo modo que as relações de produção na indústria tendem à homogeneização, fragmentação e hierarquização das funções e atividades no interior do processo produtivo, o espaço social mimetiza essa organização. A lógica da troca, da eficiência e da produtividade ao disseminar-se pelos espaços, sobretudo pela planificação urbanística, reproduz a funcionalidade e o controle, hierarquias e padrões, necessários à acumulação capitalista.

Conforme Lefebvre ([1972], 1999, p. 140-142), para Marx a cidade é parte da divisão social do trabalho, ela é formada pelas construções (resultado do trabalho) sobre as quais é realizado o trabalho vivo. A cidade para Lefebvre é compreendida como uma categoria histórica que faz parte das “condições históricas, implicadas no capitalismo”. Ela é uma “coisa social” que “resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva de capital (que se completa nela e por ela)”. A cidade contém as forças de coesão que garantem a produção, a circulação e a distribuição da mais-valia. Ela concentra os serviços e as condições para a indústria, os mercados. O Estado supervisiona e retém a mais-valia pelo sistema fiscal, útil às “necessidades sociais” definidas pelas “necessidades do capital”, o saber, o ensino, a polícia, o sistema contratual (jurídico), o poder político etc., que repousam na propriedade privada da terra (imobiliária), do dinheiro (propriedade mobiliária) e do capital (meios de produção e investimentos).

Sob o capitalismo, como já apontamos, a construção da cidade implica os proprietários fundiários, os capitalistas e os trabalhadores, de modo que o monopólio da propriedade privada da terra determina a cisão entre os proprietários de terra e a produção. Desse modo, os capitalistas e os trabalhadores na sua reprodução são obrigados ao arrendamento. Assim, a

partir da propriedade fundiária e sua exploração pelo trabalho existe a possibilidade de extração de três tipos de renda: fundiária, extrativa e imobiliária. Aspectos estes já analisados por Marx.

Cabe aí considerar dois aspectos: a exploração da terra com o fim de reprodução ou de extração, e o espaço, elemento necessário a toda produção e toda atividade humana. E a propriedade fundiária cobra seu tributo nos dois domínios. A procura de terrenos para construir aumenta o valor do solo na função de espaço e de base, e ao mesmo tempo faz a crescer a procura de elementos da terra que servem de material de construção. (MARX, 1986b, p.888).

A partir desta condição, contraditória aos interesses capitalistas, estes se vem obrigados ao pagamento de uma renda (absoluta) aos proprietários de terra ou a imobilizar capital no processo produtivo, quando se tornam também proprietários do solo. Além da renda absoluta despendida na produção, os capitalistas, por vezes, têm que pagar uma renda diferencial aos proprietários de terra. Esta renda diferencial é relativa aos lucros maiores obtidos pelo capitalista devido aos fatores como a localização dos terrenos, qualidades do solo e as proximidades de recursos naturais, infraestruturas disponíveis etc. Nesse sentido, podemos pensar a terra como base produtiva, ou ainda, atualizando o debate, conforme a perspectiva de Francisco de Oliveira (1982), podemos pensar a terra urbana como capital, como veremos melhor no item seguinte⁴.

Sobretudo nas cidades, Marx aponta que a renda é o objetivo principal da indústria da construção. "Nas cidades de progresso rápido, em particular onde a construção se faz com métodos fabris como em Londres, o que constitui objeto principal da especulação nessa indústria não é o imóvel construído, mas a renda fundiária." (MARX, 1986b, p.889). Além disso, Marx apresenta a dinâmica do preço da terra, fundamental para entender a dinâmica do preço das construções. O preço da terra pode ascender pela queda da taxa de juros (aumentando a oferta de dinheiro disponível), e também por subir o juro do capital incorporado ao solo (o que encarece as melhorias). Outro modo de elevação do preço da terra está associado ao aumento da renda, sobretudo a renda diferencial. Nesta o preço de monopólio é determinante, pois é aquele "determinado apenas pelo desejo e pela capacidade

⁴ Marx nos fornece algumas pistas dessa metamorfose. Com as aplicações sucessivas de capital, "a própria terra exerce o papel de instrumento de produção, o que numa fábrica - onde serve de sustentáculo, de suporte, de base física de operação - não acontece ou só acontece em limites estreitos. Pode-se - e é o que faz a grande indústria - concentrar grande produção em pequeno espaço..." (MARX, 1986b, p.896).

de pagamento dos compradores, sem depender do preço geral da produção ou do valor dos produtos." (*op cit*, p.890)

Enfim, a cidade e as centralidades que restam são o lugar da reprodução do capitalismo, de sua reprodução simples (concentração de capital), bem como de sua reprodução ampliada (centralização de capitais, capitalização etc). A cidade e a realidade urbana implicam a reprodução da divisão do trabalho, “a divisão técnica (nas unidades de produção) e a divisão social (no mercado)” (LEFEBVRE, ([1972], 1999, p.171). No entanto, como veremos ao longo do texto, o processo de produção e produção do espaço deixa resíduos que não são capturados, pois o modo de produção apenas tende à homogeneização, desse modo, contraditoriamente, processos de diferenciação, ainda que residuais, geram fraturas ou aberturas na ordem socioespacial.

Até aqui analisamos as correspondências mútuas entre a produção e a produção do espaço como parte do processo de acumulação e da relação trinitária entre trabalho, renda e capital. No próximo item discutiremos as formas de produção da cidade e do espaço urbano e as implicações sociais do processo.

As formas de produção do espaço urbano

A construção é o ato de criar espaços, casas, prédios, edifícios, praças, monumentos, infraestruturas etc. É, portanto, um componente da produção social onde são criadas as condições gerais de produção e consumo da cidade. Pereira (1988, p. 4-5) fundamenta a construção da cidade como um componente particular da produção social sob o capitalismo. "Essa particularidade, como valorização imobiliária do capital surge da especificidade do ato de construir ser simultaneamente produção e apropriação do espaço novo do previamente existente". Corrêa (1989) destaca as relações complexas entre os agentes que produzem o espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Aqui vale uma ressalva, pois cremos que não se trata de grupos sociais excluídos, mas sim de trabalhadores da indústria, comércio, serviços, da construção civil (esta também uma nova indústria) etc., que produzem a cidade, em diferentes formas, podendo se organizar ou não em movimentos sociais. Isso é de fundamental relevância, pois como veremos é a partir da sua participação na produção e na produção do espaço que temos a criação dos valores (de

uso e de troca), influenciando tanto na reprodução do capital assim como nas resistências sociais frente aos processos de homogeneização, fragmentação e hierarquização socioespacial.

Inicialmente é preciso compreender que a construção pode ocorrer de diversas formas à semelhança das mercadorias. Samuel Jaramillo (1982) retoma o conceito de formas de produção (artesanal, manufatureira, industrial etc.) para explicar as relações entre o desenvolvimento do capitalismo, o mercado do solo e o sistema urbano. Nesse sentido, as formas de produção da cidade são implicadas com as formações econômico-sociais. O desenvolvimento desigual do capitalismo resultou em condições desiguais de urbanização e industrialização. Tais processos globais em realidades distintas historicamente conformaram diferenças entre os países centrais, periféricos e/ou semi-periféricos, sobretudo nas formas de produção do espaço e de segregação espacial.

Nesta perspectiva, Francisco de Oliveira (1982, p.15), no solene prefácio do livro “A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial”, argumenta sobre como a produção da cidade e da habitação no Brasil, o espaço socialmente produzido, “se põe a serviço da acumulação de capital” e, em especial, como esse espaço socialmente produzido “sustenta uma atividade produtiva tecnicamente atrasada”, e, como esta “atividade produtiva tecnicamente atrasada” pode ser lucrativa. Na análise Oliveira o Plano Nacional de Habitação, e, os seus instrumentos BNH e FGTS, foram, contraditoriamente - ao excluir os trabalhadores empobrecidos, e, ao facilitar a produção imobiliária, “um poderoso mecanismo de acumulação, cuja realização das mercadorias produzidas socialmente poderia ser feita encontrando em outras classes sociais de rendas mais altas o seu mercado.” (*op cit*, p.17) Além disso, o autor argumenta que a privação das condições urbanas e de moradia tem como correspondente a auto-construção, das residências e obras públicas, e, como isso contribui para “rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho”.

Avançando na questão, para Kowarick (2000), com a intensificação da urbanização houve a intensificação da soma do processo de exploração do trabalho e privação das condições urbanas em escala ampliada. O trabalhador, além de ser expropriado dos meios de produção, se vê obrigado a estender sua jornada de trabalho para obter acesso à moradia, recorrendo muitas vezes à auto-construção, além dos cortiços e moradia de aluguel. Nesta condição, na qual a moradia é mercadoria, em resposta o trabalhador é forçado a lutar pela melhoria das condições de trabalho e ainda é compelido a lutar pelas condições de reprodução. Os movimentos por acesso à moradia são a expressão desta espoliação, valendo frisar a solidariedade destes movimentos com os sindicatos e os partidos políticos que lutaram

pela melhoria das condições de trabalho, durante os anos 1980-1990, sobretudo (KOWARICK, 2000)⁵.

Jaramillo (1982) discorre acerca de quatro formas de produção do espaço: a) a produção por encargo ou encomenda: produção pré-capitalista e que se relaciona com as subsequentes; b) a produção capitalista e/ou a promoção capitalista: na qual a indústria da construção se subordina ao capital financeiro, mas que se mantém em contradição com o rentismo fundiário; c) a produção estatal capitalista desvalorizada: na qual o Estado intervém criando as condições gerais para a consolidação da indústria da construção; por fim, c) a autoconstrução: também pré-capitalista mas que se relaciona com as formas anteriores, predominante nos “bairros piratas” como uma forma de produção adicional como os cortiços e os quartos de aluguel. É importante ressaltar que a autoconstrução diminui o custo do capital variável (salários) e diminui a tensão social por moradia.

Samuel Jaramillo analisa detalhadamente as quatro formas de produção do espaço, mas, ao nosso ver, sobretudo se debruça na forma produção estatal, considerada desvalorizada, pois funciona com as taxas de juros mais baixas, subsídios, além da renda mais baixa. Principalmente, porque a forma estatal de construção (e circulação) influencia a construção em grande escala de aparelhos institucionais, moradias, infraestruturas etc., e, desse modo, possibilita grandes inversões e o estímulo às empresas de construção, principalmente com os projetos de renovação urbana e a construção de conjuntos habitacionais. Além disso, a construção estatal é utilizada para conter crises, como uma forma de produção que é mediadora dos interesses rentistas e do capital, promovendo um aumento das relações com sistema bancário, necessário à produção de moradias em larga escala e às reformas urbanas⁶.

⁵ O autor mostra a relação entre as lutas sociais nos bairros e nas fábricas, a partir da reabertura política, mas apresenta um desafio a ser enfrentado pelos sindicatos, partidos políticos e os movimentos sociais “canalizar reivindicações de caráter mais coletivo” (KOWARICK, 2000, p.41). Creemos que essa afirmação é válida até os dias de hoje, sobretudo em virtude da maior fragmentação dos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, movimentos negros e LGBTs etc., cada qual com demandas específicas e mais distantes aparentemente de pautas comuns.

⁶ O autor considera a produção da construção pelo Estado como uma “produção desviada”. O Estado emprega de modo capitalista, no entanto “se trata de uma circulação do tipo mercantil, porém não referida ao mercado livre, senão mediada por um mecanismo de concessão consignação”. Com efeito, “este é um mecanismo de aliança e negociação da grande burguesia com setores empobrecidos não proletários, muitas vezes a consignação tem um conteúdo específico de clientelismo eleitoral. [...] Os beneficiários destas moradias estatais subsidiadas não coincidem exatamente com a classe trabalhadora empregada pelo grande capital” (JARAMILLO, 1982, p.208-9).

Desse modo, o Estado pode ser tanto promotor como construtor, e além disso sua ação se combina com a forma de autoconstrução de moradia pelos pobres, seja pela ajuda financeira ou com a “construção incompleta”. A forma de produção estatal (desvalorizada) serve também ao setor privado, pois permite a terceirização da construção por parte do Estado para empresas privadas, e, de outro modo, concedendo empréstimos subsidiados com juros menores. Jaramillo (1982), destaca que as formas de produção são instrumentos de análise que permitem uma aproximação com o real, mas, no entanto, não se trata do concreto, pois este decorre da combinação de diferentes formas de produção em um mesmo processo produtivo. Em relação à produção capitalista do espaço, conforme Pereira (1986), o capital imobiliário historicamente o último a se constituir, se valoriza pela exploração do trabalho (na construção, em diferentes formas de produção) e pela socialização contraditória e apropriação pelo capital das “condições gerais manifestas na estruturação espacial da cidade”, estas que condicionam um diferencial de renda, pois “o capital simplesmente se favorece dessa diversificação de formas de produção e consumo da cidade potenciando sempre a sua valorização.” (PEREIRA, 1986, p.212)

A possibilidade da renda imobiliária, como já apontado, é um fator decisivo para a construção. Porém, em termos gerais, a indústria da construção é uma das últimas esferas a ser anexada diretamente ao processo de acumulação do capital. Isso acontece pelas barreiras que se apresentam ao ramo da construção e sua penetração por parte do capital. Dentre as dificuldades destaca-se “o período de rotação do capital excepcionalmente largo”, os “períodos de trabalho relativamente longos”, e a “demanda reduzida”. Nesse sentido, a necessidade de grandes investimentos e o retorno demorado obrigam as vendas a prazo, desdobrando-se assim outros fenômenos, como os arrendamentos e empréstimos, que promovem posteriormente a subordinação do capital produtivo (construtivo) ao capital financeiro (dos promotores imobiliários) (JARAMILLO, 1982).

Assim, podemos concluir com Oliveira (1982) que a partir das condições urbanas de expansão capitalista se forma o proletariado, os salários, e o mercado. No processo de formação econômico-social o Estado não emerge apenas como aparato jurídico, militar, ideológico composto por instituições, órgãos, poderes, partidos etc., o Estado é uma totalidade, que emerge da unidade ente sociedade e a produção do espaço. Unidade contraditória, pois aquilo que é produzido socialmente (o espaço) depende da mediação, organização e muitas vezes financiamento do Estado, orientado principalmente pelos interesses privados dos donos de terra, empresários, promotores imobiliários, entre outros,

para fins da acumulação capitalista. Desse modo, por fim, deve-se considerar a “terra urbana como capital” como o “*suporte* do processo de acumulação que se dá na indústria da *construção* civil”. Essa perspectiva remonta como a “forma especulação”, no seu processo, se constitui em parte do conjunto da produção, ou seja, “*tem a forma* especulação, mas é elemento constitutivo de uma atividade produtiva” (*op cit*, p.15-6, grifos no original).

A produção e apropriação do espaço urbano-metropolitano

Vimos até aqui como a produção da cidade e do espaço urbano, em suas diferentes formas combinadas, é determinada pela valorização imobiliária, necessária a acumulação capitalista, garante a exploração do trabalho e, sobretudo, (re)cria os meios de reprodução do capitalismo. A cidade e o espaço (social) refletem a necessidade de centralidade e dispersão, da fragmentação e hierarquização da produção e do consumo, do trabalho e do ócio, do controle e da eficiência, sendo condição e resultado a segregação socioespacial. Ainda assim, do mesmo modo que a (re)produção, a cidade é uma totalidade descoberta tardiamente, quando está próxima de ser dissolvida, diluída e recriada no interior do espaço urbano. Esta descoberta tardia não impediu que o “urbano” também fosse descoberto tardiamente, quando este já se conformava em espaço metropolitano.

De modo geral, sabemos que a evolução dos meios de transporte e dos meios de comunicação associada à lei da acumulação capitalista influenciou na urbanização generalizada. A passagem do fordismo para as formas de produção flexíveis tem relações diretas com as mudanças na organização do espaço urbano. A cidade, mediação dos processos globais do modo de produção (em crise e reestruturação), foi submetida à intensificação dos processos de fragmentação e hierarquização que moveriam a dispersão urbana. Esta dispersão com correspondências na produção (a realocação e desconcentração industrial) e no consumo (automóveis, subúrbios, shoppings, hipermercados, parques temáticos, o turismo, etc.) vem reconfigurando as centralidades, as formas de moradia, as segregações socioespaciais, os movimentos e fluxos materiais e imateriais.

Nesse sentido, na análise de Nobre (2002), a passagem do predomínio da produção industrial de massa – taylorista-fordista, fundada nos grandes complexos industriais –, que vai aos poucos sendo questionada e modificada por formas de produção flexíveis e programadas, processo com correspondências espaciais. Também Lencioni (1998), com base em Mark Gottidiener, discute como as modificações da “forma social da produção industrial” estão

relacionadas à “forma espacial da cidade”. Atualmente, a metrópole e a multinacional não são mais formas socioespaciais estruturantes, como foram no capitalismo industrial. No capitalismo tardio, são apenas funções da nova estrutura, pois os processos de concentração e centralização de capitais levaram à composição dos “grupos econômicos”, favorecendo a desconcentração da produção, a ampliação dos mercados, tendo como reflexo a “metrópole expandida e desconcentrada”, marcada pela concentração dos serviços, gestão e do trabalho qualificado e o desenvolvimento dos fluxos materiais e imateriais que configuram uma “rede urbana mundial” (LENCIONI, 1998).

De modo semelhante, para Soja (1993), a evolução da forma urbana, “a estrutura espacial interna da cidade capitalista”, assim como da região, está diretamente associada às fases de declínio, recessões, repressão e sublevação social que marcam o fim das longas fases do “crescimento expansivo da economia macropolítica do desenvolvimento capitalista”, culminando na “recontextualização da vida social”. Cada país conhece diferentes datas para adentrar a “era das reestruturações”, estando as cidades e sua organização social interna, de modo diferentes, a ela implicada (SOJA, 1993, p.210-2).

A implementação do novo paradigma de produção veio acompanhada de políticas que incentivaram tanto a flexibilização das leis trabalhistas como o provimento de infraestruturas e incentivos diversos que contribuíram para a dispersão dos espaços urbano-industriais e a integração de cidades, mercados e atividades, em diferentes escalas. Aparentemente as políticas (governamentais, sobretudo) apresentam-se como solução para o desenvolvimento econômico, social e a redução das disparidades regionais, mas na prática beneficiam primordialmente as atividades econômicas em detrimento da sociedade.

Assim, o padrão de dispersão urbana, ensejado pelo urbanismo e pela construção civil, facilita a reprodução da capital pela recriação da cidade e pela organização do cotidiano impondo uma forma sutil de controle, o consumo dirigido nos termos de Lefebvre. A reprodução da segregação de modo ampliado garante a produção e o consumo; a valorização, a capitalização (pela disseminação do crédito e a criação dos fundos imobiliários etc.), a geração da renda fundiária e da renda imobiliária preteridas pelos agentes imobiliários. A estrutura espacial se recompõe a exemplo das empresas e da produção (em rede) e da rede de empresas: a metrópole contemporânea é síntese dos processos de globalização, reestruturação produtiva e financeirização da economia. Termos como: megalópole, metapolis, cidade-

região, megarregião, aglomerações difusas, metrópoles poli(multi)cêntricas, pós-metrópoles etc., são tentativas de conceituar os novos processos socioespaciais.⁷

Nesse sentido, para Carlos (2009) a produção do espaço sob o contexto da urbanização metropolitana, evidencia a hegemonia do capital financeiro sobre as demais formas de capitais. Tratar-se-ia de uma nova fase, na qual o capital financeiro teria na produção do espaço seu meio preferencial de realização, engendrando novas relações entre o Estado e o capital. Além disso, como afirmamos a pouco, a metrópole passaria de centro da produção para o centro da gestão do capital, com a concentração das sedes de empresas, dos serviços financeiros e informacionais associados à produção e sobretudo às inovações capitalistas.

Avançando no debate, Andrade (2016, p.101), ao discorrer sobre o espaço metropolitano no Brasil, considera que o "atual cenário seria uma combinação de mudanças com continuidades em função de uma relativa inércia das estruturas construídas, assim como das relações sociais".

O que se percebe são novas formas de organização das desigualdades, algumas delas levando, inclusive, a intensificação da segregação e do conflito pela complicada proximidade dos diferentes grupos sociais. Alguns autores têm utilizado a denominação cidades divididas como uma alternativa à cidade dual. Ainda que a divisão da cidade não seja um fato novo e que todas as cidades sejam, de alguma forma, divididas, ela chama a atenção para a separação ou segregação que existem entre os diferentes grupos sociais, mas, ao mesmo tempo, não as reduz a uma divisão dual. (*op cit*, p.104).

Segundo a autora são quatro as evidências empíricas desse processo: uma primeira, o crescimento dos condomínios fechados para as classes médias e altas; uma segunda, a reestruturação dos espaços pericentrais (áreas entre o centro e a periferia urbana) pela/para as "classes médias". Uma terceira, que refere-se às mudanças nas áreas centrais (avanço dos serviços, verticalização, popularização, degradação etc.); e, por fim, a ampliação da rede de infraestrutura e sua implementação nas periferias urbanas, tendo como consequência mudanças no padrão construtivo e dos grupos sociais. Além disso, oferece a perspectiva de considerar que tratar-se-iam de "periferias no plural dada a sua maior diferenciação interna."

⁷ Não é o propósito deste artigo discutir esses novos termos, isso exigiria um outro texto, mais sim tentar apontar para as condicionantes dos processos socioespaciais contemporâneos. Sobre o tema ver os estudos de David Harvey, François Ascher, Manuel Castells, Edward Soja, Saskia Sassen, Sandra Lencioni, dentre outros.

(ANDRADE, 2016, p.102-6)⁸. Além disso, ao considerarmos o espaço urbano-metropolitano como um conjunto de centralidades, segregações e periferias (cidades divididas) organizadas para/pela a acumulação de capital, deve-se considerar que processos de resistência e diferenciação são correspondentes à espoliação urbana, movendo novos modos de apropriação do espaço metropolitano. A metrópole é viva e suas dinâmicas devem ser interpretadas como estabilidades provisórias a serem rompidas ou desfeitas.

Para Lefebvre (2001), se num primeiro momento a industrialização e o avanço das forças técnicas e produtivas gerou a urbanização em escala global (por isso a hipótese urbanização total da sociedade), a partir da fase crítica, a urbanização determinaria toda sociedade. Dentro da descoberta deste aspecto qualitativo novo, o urbano reorientaria as práticas e superaria a racionalidade industrial. Esta projeção (real e virtual) é ainda bloqueada pelo Estado (pelo urbanismo dos grandes projetos urbanos, sobretudo). O urbanismo dissimula e inverte a realidade, devido ao fato de ele partir de uma estrutura tecnocrática, que opera supostamente em nome de todos mascarando os interesses de classe, em nome da lógica industrial (do crescimento e da eficiência). Porém não impede por completo a reapropriação, um processo de diferenciação que é em parte real e parte virtual, processo que indica o novo.

Nesse instante, é possível reproduzir algumas pautas do direito à cidade, analisado por Lefebvre (2001): a (re)apropriação e reorganização dos meios e das técnicas para e pela sociedade urbana e suas necessidades; essa (re)apropriação da centralidade (via um novo urbanismo) instituiria o espaço como “valor de uso”, reativando suas “funções simbólicas” (encontro, jogo, imprevistos, o diferente), em um novo regime do conhecimento. Por fim, mas longe de esgotá-las, as pautas seriam rediscutidas e implementadas em regime de “auto-gestão”.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001, p.135, grifos no original)

Desse modo, o urbano (concreto e virtual) contém o habitat (e outros espaços controlados – shoppings, fábricas etc.), mas também o outro, o diferente, produzido pela/para

⁸Algumas as noções para as “novas periferias”: hiper periferias, periferias consolidadas, novas centralidades. Andrade (2016) sugere pensarmos as periferias e as múltiplas centralidades como espaços mais heterogêneos, sobretudo pelas mudanças demográficas (e na estrutura das classes) e o estabelecimento de novas centralidades.

sociedade urbana: a auto-construção, o contra-revanchismo, a (re)descoberta e a apropriação dos chamados bens comuns urbanos etc., processos movidos pelos movimentos sociais (efêmeros e/ou duradouros) que negam e impedem que a homogeneização se realize por completo. Aquilo que é produzido socialmente é disputado objetivando a sua apropriação, seja privada ou coletiva. Conforme Harvey (2014, p.156), a “urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável”. No nível imediato, são disputas pelos recursos de subsistência, pelos usos e as funções do meio ambiente construído. O privado (a propriedade privada do dinheiro, da terra e do capital) pelo consumo instituído, dilapida o público, aquilo que é de domínio comum, e, nesse sentido, a produção social tende a ser reduzida ao conjunto das mercadorias, mas não sem resistências e novas possibilidades.

Uma passagem de A. Negri ilustra bem a questão.

[...] quanto mais as cidades e metrópoles se convertem em lugares de produção, mais elas são lugares de resistência. Hoje atravessar uma metrópole é atravessar uma fábrica imaterial. E da mesma maneira que, nas fábricas fordistas, coabitavam a dureza da produção e a alegria do encontro, de estar juntos, de constituir a classe, na metrópole coabitam agora a solidão e a multidão. A metrópole é capital constante em ação, é uma expropriação louca da força de trabalho. Mas é também o lugar em que a multidão se reapropria do capital e do comum produto do trabalho. Em consequência, a metrópole é ao mesmo tempo lugar de exploração e terreno do êxodo. Da mesma maneira que se havia construído a hegemonia do operário sobre a fábrica no projeto comunista, assim é na hegemonia do trabalho imaterial e da multidão cognitiva da metrópole, que pode ser construída, dentro e contra o projeto de produção, no comum. A partir dessa consciência, tudo pode recomeçar, tudo deve voltar a começar. (NEGRI, 2014, s.p.).

A noção de bem comum urbano associa a produção e o espaço social como um direito à obra de maneira semelhante à noção de direito à cidade ensejada por Henri Lefebvre. Avançando neste debate, Harvey (2014) mostra como os bens comuns se convertem no principal lugar de resistência e reivindicação: por meio de ocupações e apropriações do espaço público (comunalização), convertendo-o em um bem comum político, um lugar para o debate e a discussão aberta sobre as manobras do poder. Segundo Castro Coma & Marti-Costa (2016) os recursos comuns (bens comuns) são bens físicos, sociais e culturais que encontramos no âmbito urbano e que são auto-gestionados pelas próprias comunidades (rurais e urbanas). Neste artigo, os autores tentam realizar um diálogo e aproximações entre a perspectiva neoinstitucionalista e a perspectiva neomarxista, aquilo que denominaram “economia política dos bens comuns”. O conceito de recursos comuns representa a visão

institucionalista. O bem comum (ou recursos comuns) subdividem-se em bens comuns materiais (solo, moradias, infraestruturas e equipamentos, espaços públicos, espaços verdes); bens comuns imateriais (informação, conhecimento, criações culturais, cooperação, seguridade etc.); recursos naturais (a água ou ar a riqueza da terra); bens artificiais (sociais, culturais ou saberes coletivos); bens universais (cujo acesso deve ser garantido a todos e todas). Principalmente, os bens comuns são aqueles que são apropriados localmente por uma comunidade de referência (comunidades rurais, bairros etc.). Nesta perspectiva, institucionalista, é uma análise que preza pela articulação dos recursos comuns, comunidades e governo.

A perspectiva neomarxista, segundo Castro Coma & Marti-Costa (2016), analisa o fenômeno em sua relação (antagonista) com o capital, situando esta relação como um dos campos centrais do conflito e resistência no capitalismo contemporâneo. Tal perspectiva vincula os aportes dos teóricos marxistas da acumulação primitiva com os trabalhos sobre o neoliberalismo nas cidades. São três as abordagens: aquelas que se centram nos processos de fragmentação, privatização e securitização dos espaços urbanos; os enfoques que ampliam a escala abordando as dinâmicas de *gentrification*; por fim, aqueles que abordam as “externalidades negativas”. Sobretudo esta perspectiva analisa a relação entre os processos de cercamentos e a *gentrification*, destacando ainda que, a partir dos anos 1990, inicia-se uma batalha para recuperar os bens comuns. Tais movimentos se diferenciam dos movimentos das fábricas ou aqueles liderados pela classe trabalhadora, revelando um amplo espectro de movimentos sociais e da sociedade civil pela reapropriação do espaço urbano-metropolitano. Esses processos moveriam à formação de “cidades em miniatura”, distribuídas em uma rede de forma rizomática, conformando um novo modo de fazer ou estar em comum.

Neste trecho, procuramos argumentar que é no espaço (mediação, em diferentes escalas) que é reproduzida a lógica industrial (do capital), a ordem global da exploração do trabalho e da urbanização, mas é também no espaço que a sociedade se reproduz, habita (ordem próxima). Conforme Lefebvre é no nível do cotidiano, no nível ecológico, da realização do metabolismo social, unificando e separando, a produção e o consumo, a cidade, o bairro, a moradia que se realiza o habitar. É o lugar onde se dão as relações (de troca, os valores de troca, os usos etc.) circunscritas à habitação, entendida como base da socialização e da reprodução social, nos conjuntos residenciais e nas periferias distantes etc. O espaço como o sustentáculo do rotineiro e do banal, do comum (entre público e o privado), mas também aquilo que não se diz, o sexo, os costumes, a violência (formas de), as festas, os jogos, os

lazer, os vícios, as formas de sobrevivência, convivência, criação, produção e apropriação do espaço, com todo o seu potencial conservador mas também revolucionário.

Considerações finais

De modo algum nosso objetivo foi esgotar o tema discutido, trata-se de no movimento da sociedade e do pensamento reencontrar as categoriais fundamentais para compreensão da realidade socioespacial. A tríade indústria, urbano e habitar é condição e produto do modo capitalista de produção, do seu desenvolvimento, fases e reestruturações. Assim como a indústria cria as condições de produção e consumo (o espaço social) objetivando controlar os fluxos, a circulação e a acumulação do capital, é no nível ecológico das relações socioespaciais (o habitar) que as contradições se materializam e trazem a potencialidade de crítica e negação da ordem vigente. Desse modo, são instrumentos analíticos (teórico-práticos) que possuem grande relevância para compreensão das relações socioespaciais em suas continuidades-descontinuidades.

O aprofundamento da noção de produção evidencia que, na industrialização, ocorre de modo combinado, a reprodução do capital, com base na consolidação da grande indústria e suas condições gerais de produção e, a partir desta, constroem-se e reproduzem-se as relações sociais de produção, um processo mais amplo que está implicado com a generalização da mercadoria no/pelo espaço e nas sociedades. Nesse processo, o capital reproduz a si mesmo e, a partir da generalização da mercadoria, redefine as relações sociais, instituindo sobre o espaço mundial seus desígnios. Historicamente, esse salto se deu a partir da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, marcado pelos processos de concentração e centralização de capital em âmbito produtivo e a gradual conversão do espaço urbano como principal mercadoria.

Procuramos argumentar que junto da industrialização criam-se as condições gerais de produção e as mercadorias, havendo, nesse processo, a (re)estruturação da sociedade e do espaço. Em outras palavras, a produção industrial cria as formas de consumo e o cotidiano, no dizer de Lefebvre, estabelece a sociedade burocrática do consumo dirigido, com base a) no trabalho apropriado pelo capital, sua divisão, no qual temos a produção do valor, o sobretrabalho etc.; b) no capital, ou seja, a propriedade privada posta a serviço da acumulação, e; c) nas condições gerais de produção (infraestruturas, transportes, serviços etc., materializados no território). A partir dessa concepção, é possível compreender que a

indústria foi central na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista desde o final do século XIX. A partir do final da segunda guerra mundial e sobretudo a partir dos anos 1970, com a reestruturação produtiva (a financeirização, a terciarização, a desindustrialização e a realocação industrial etc.), a produção imobiliária tornar-se-ia central ao modo de produção. Em resumo, na acepção de Henri Lefebvre, a produção capitalista do espaço, conforme os desígnios dos donos de terra, da construção civil e dirigida pelos planos urbanísticos, seria a condição geral de produção (o espaço instrumental), e o produto (principal mercadoria), ensejado pelo modo de produção, refletindo as formas de organização da produção e do trabalho no/pelo espaço.

Nesse sentido, se a financeirização da produção (industrial, imobiliária, informacional etc.) se converteu na principal forma de acumulação de capital no atual período histórico, isso só se tornou possível mediante a reestruturação do Estado e da recriação das relações entre trabalho, renda e capital. Assim, as formas pós-fordistas de produção, e, portanto, de mais-valia são favorecidas e favorecem a financeirização econômica. É de fundamental relevância, portanto, compreender as novas formas de renda (imobiliária, financeira, tecnológicas etc.) nas suas relações com a produção (material e informacional) e a produção e metropolização do espaço.

Deste modo, se o espaço (social) assim como o trabalho tende à homogeneização, à fragmentação e à hierarquização, nos ensinamentos de Lefebvre prolongando Marx, contraditoriamente as lutas pela reapropriação do espaço (e dos meios de produção, conforme Marx), apresentam possibilidades para maior justiça e revolução socioespacial, mas que ainda carecem de maiores reflexões e amadurecimento. A noção de direito à cidade e bens comuns urbanos apresenta-se como possibilidade teórico-prática de organização de lutas anticapitalistas no interior do habitar, mas ainda dependem de estratégias para sua potencialização, como bem questiona Harvey (2014), acerca da transposição das escalas micro e local da gestão dos comuns urbanos para a escala metropolitana e global.

Por fim, diante das dificuldades teórico-práticas apontadas por Harvey (2014), concordamos com Castro-Costa e Marti-Costa (2016) que no rumo ao direito à cidade e da importância da gestão dos bens comuns, alguns aspectos devem ser aprofundados para sua maior efetividade. Não necessariamente nesta ordem, em primeiro lugar, a constante (re)políticação dos participantes na defesa dos bens comuns. Para, em segundo lugar, tirar melhor proveito das relações que a gestão do bem comum possui com o governo local, com a burguesia local, estatal e internacional, como possível facilitador de práticas cooperativas de

auto-gestão. Terceiro, conforme Harvey, o aspecto anterior requer algum tipo de estrutura de Estado, fazendo valer seu papel como redistribuidor da riqueza. Nesta linha, se faz necessário explorar as alianças comuns-estatais que aglutinam tanto os processos de cercamento como as práticas de resistência, assim como as diferentes experiências de gestão coletiva que se produzem ao redor dos bens comuns.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Luciana Teixeira de. O espaço metropolitano no Brasil: nova ordem espacial. **Caderno CRH**, Salvador, v.29, n. 76, p.101-118, jan./abr. 2016.

BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERNARDES, Antonio. Quanto às categoriais e aos conceitos. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 39-62, jan./jun., 2011.

CARLOS, Ana Fani A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **EstudosAvançados**, 23 (66), 2009.

CASTRO-COMA, Mauro; MARTI-COSTA, Marc. Comunes urbanos: de la gestión coletiva al derecho a la ciudad. **EURE**, 2016. Disponível em: <<http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/788>>.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

HARVEY, David. **As cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

JARAMILLO, Samuel. Las formas de producción del espacio construídoem Bogotá. In: PRADILLA, Emilio (org.). **Ensayos sobre el problema de La vivienda em México**. México: Latina UNAM, 1982, p.149-212.

KOWARICK, L. Produção do espaço urbano e lutas sociais. In: **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed.34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, [1968] 2001.

_____. O campo cego. in: **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, [1970]1999.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP & A, [1972] 1999.

_____. Prefácio. In: A produção do espaço. **Estudos avançados** 27 (79), [1974] 2013.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação. Uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: VI Encontro de Geógrafos da América Latina, 1998, Buenos Aires. **Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina**, 1998.

MARX, Karl. A fórmula trinitária. **O capital: crítica da economia política** Capítulo XLVIII, Volume III, Livro terceiro, Tomo 2 (parte segunda). São Paulo: Cultural, 1986a.

_____. Renda dos terrenos para construção. Renda das minas. Preço do solo. **O capital: crítica da economia política**. Cap. XLVI, Volume III, Livro terceiro, Seção Sexta. Tomo 2 (parte segunda). São Paulo: Cultural, 1986b.

NEGRI, Antonio. Rem Koolhaas: Junkspace e metrópole biopolítica. In: **Radical philosophy**, tradução UniNômade BR, n.º 154, 2014. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/rem-koolhaas-junkspace-e-metropole-biopolitica/>>

NOBRE, Eduardo A.C. **Impactos da globalização econômica no Complexo Metropolitano Expandido de São Paulo: possibilidades de ação**. FAUUSP, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. Prefácio. MARICATO, Herminia. **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1982.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Espoliação imobiliária urbana. In: **Sinópses**. FAUUSP, junho de 1986.

_____. **Espaço, Técnica e construção**: o desenvolvimento das técnicas produtivas e a urbanização do morar na metrópole de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria crítica social**. Rio de Janeiro: Jorge Zarázar Editor Ltda., 1993.

*Recebido em 09 de maio de 2019.
Aceito em 25 de junho de 2019.*